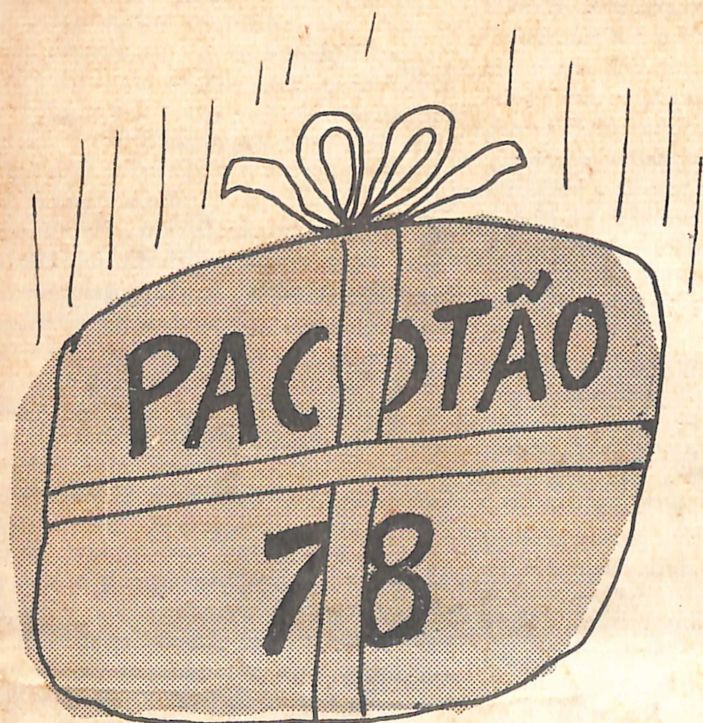


A BALANÇA

JORNAL DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE DIREITO — ANO I — Nº. 1 — 5/78 — Cr\$ 4,00

**O POVO,
O 'PACOTE'
E AS
ELEIÇÕES.**



LITERATURA

**CINQUENTENÁRIO
DE "A BAGACEIRA".
ENTREVISTA COM
JOSÉ AMÉRICO
DE ALMEIDA**



**DIVISÃO
CONJUGAL
DO TRABALHO**

340.05
R 297b

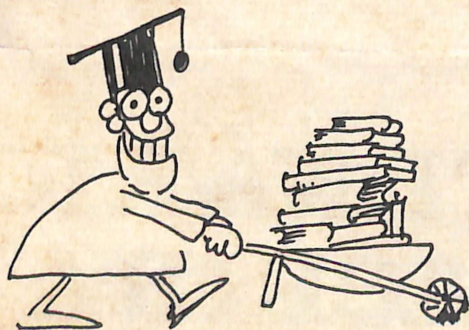
AC. 374177
EX 8450383

OS RATOS

Passo por uma rua
soturna, suja, remendada.
Passam por mim ratos gordos
e homens magros.
Os ratos, rápidos, seguros, dominantes
os homens fracos, lerdos, desprovidos
Homens? Ratos.
Os ratos não pensam,
felizes criaturas,
são gordos.
Os homens pensam, sentem, desejam.
Como é incômodo ser homem.
Como é incômodo ser magro.
Como é incômodo pensar (ou passar?)
na rua dos ratos.
A luta diária,
dignidade ou estômago?
A prece mofada,
pão.
A rua dos ratos,
consciência.
A rua passa por mim.
Sou homem ou sou rato?

FÁTIMA DANTAS
09.12.1977

PETITE LIVRARIA



DANTAS BARRETO, 191
RECIFE - PAULO DA FONTE & CIA

- Jornais
- Revistas
- Livros
- Composição



ASSEMPE
GRÁFICA E EDITORA LTDA.
Rua Marquês do Recife, 154
Edif. Limoeiro - Conj. 205/207
Tel.: 224-3687/Recife/PE

JORNAL "A BALANÇA"

*Diretor-responsável	—	Antonio Paulo Amazonas
Comissão Política	—	Antonio Paulo Amazonas
		Inaldo Sampaio
Comissão de Cultura	—	Ernesto Vieira Santos
		Alan Perry
Comissão Científica	—	Marcelo Neves
Comissão Social	—	Ângela Moreira
Comissão de Esportes	—	José Viana
Editorialista	—	Antonio Paulo Amazonas

*RUA: MONS. JÚLIO MARIA, 117 -
MADALENA - RECIFE - 224-0894

NOSSO HOMENAGEADO JOAQUIM PIMENTA

Homenageamos, nesta primeira edição de A Balança, o grande jurista e político brasileiro Joaquim Pimenta, ex-professor da Faculdade de Direito do Recife.

Quando nos propomos a criar um jornal estudantil nesta Faculdade, veio-nos a idéia de, a cada edição, homenagearmos grandes personagens ligados ao Direito e à vida pública nacional. Para esta edição, surgiu o nome de Joaquim Pimenta, apoiado, de forma unânime, por todos os criadores deste jornal.

Joaquim Pimenta nasceu em 13 de janeiro de 1886 em Tauá, no Ceará e faleceu em 1963, no Rio de Janeiro. Sua vida foi marcada pela luta constante em defesa dos trabalhadores. O seu preparo intelectual nunca o afastou da ação. Nele, a teoria e a prática andavam juntas.

Iniciou o seu curso de Direito no Ceará, contudo transferiu-se depois para Recife, onde concluiu o curso em 1910, tornando-se professor substituto em 1917. Apesar desta ligação com o campo jurídico, fez da sociologia a sua especialidade. Contudo não se limitou ao estudo destas ciências, tendo tido grande preparo em psicologia, biologia, história, economia política e filosofia. Publicou várias obras, entre as quais Enciclopédia de Cultura (Sociologia e Ciências Correlatas), na qual ele demonstra seu fundo conhecimento dos problemas ligados às ciências sociais. Transferindo-se mais tarde para o Rio de Janeiro, tornou-se catedrático de Direito do Trabalho na Universidade do Brasil e na Universidade do Rio de Janeiro.

Esta sua formação intelectual, todavia, não o prendeu ao meio acadêmico, o que, de regra, acontece com a intelectualidade brasileira. Ligado às idéias socialistas, foi um dos pioneiros do movimento socialista no Brasil, e de legislação que amparasse o direito dos trabalhadores. Ligou-se aos primeiros movimentos grevistas importantes no Brasil, inclusive o que paralisou, em 1922, quase todo o Nordeste.

Malgrado ter sido um socialista convicto, não caiu no extremismo. Apesar de ter sofrido a influência de Marx e Engels, o seu pensamento manteve-se independente. No modo de compreender a evolução humana, Pimenta se distancia do marxismo. Afirma ele: "A luta das classes, será, em vez de encontro de forças hostis, uma luta de direitos, em que elas se farão ouvir igualmente garantidas e prestigiadas pelo Estado" (1). Segundo Beviláqua, este pensamento é fundamental no sistema de Pimenta. A sua concepção do Estado também mostra-se independente. "De órgão de dominação, sustenta ele, passará o Estado a órgão de coordenação e subordinação das coletividades humanas. Não desaparecerá, como crêem os anarquistas e os sindicalistas revolucionários; transformar-se-á, ou, antes, retomará a finalidade histórica, que se lhe delineia nas organizações coletivas, que, para viverem não necessitam de recorrer à força, ou vão dispensando o concurso desta. Porque o desaparecimento do Estado implicaria a extinção do Direito,

e à extinção do Direito seguir-se-ia a dissolução da sociedade, com lhe faltar um elemento essencial à sua existência, que é, para a sua estrutura, o que é o equilíbrio vital para a estrutura dos seres" (2).

A este socialismo independente de Pimenta, correspondeu a sua atuação como líder operário. Liderando os primeiros movimentos grevistas do Nordeste, entre os quais a greve geral de Recife em meados de 1919, procurava, sempre, evitar a violência. Esta sua atitude correspondia não só ao seu modo de pensar, mas também ao seu alto senso de responsabilidade. Além de participar das movimentações operárias, ele agia como advogado dos trabalhadores quando havia dissensões destes com o governo. O caráter digno e responsável, e não a covardia, de Pimenta levou-lhe a aconselhar aos operários, várias vezes, que suspendessem certas movimentações reivindicatórias. Em uma greve que liderou, na época do interventor Carlos de Lima Cavalcanti, Pimenta deixou o Estado; justificando a sua atitude, afirma mais tarde: "a mentalidade do interventor do Estado não distava muito da do usineiro que ele era ou da classe em que formou o seu espírito, o que logo se desprendia daquela remessa de forças embaladas para o feudo dos Lundgrens, conhecendo bem o regime de opressão que ali, desde longos anos vigorava e, também, quando ameaçou dissolver a bala um comício que devia realizar-se, ainda em Jaboatão, atribuindo-lhe intuítos comunistas, o que não era verdade, tendo eu, a tempo, mandado sustá-lo a fim de evitar uma chacina" (3). Tendo em vista a sua influência nos meios operários, os trabalhadores de Pernambuco entraram em greve, em 1922, por causa de sua prisão.

Pimenta colaborou com Vargas na elaboração da legislação social, que, para a época, foi bastante avançada; posteriormente, foi procurador do Ministério do Trabalho. Sua atitude, todavia, foi, sempre, de luta por uma melhor situação do trabalhador brasileiro, por uma sociedade mais justa.

A homenagem que, nesta edição, fazemos a Joaquim Pimenta, deve-se, em parte, ao seu grande preparo intelectual, reconhecido, em sua época, por Clóvis Beviláqua e, atualmente, por Pinto Ferreira. Nossa homenagem, contudo, deve-se, talvez principalmente, à grande dedicação de Pimenta pela causa do trabalhador brasileiro, ou melhor, à sua constante luta por uma justiça social, pela qual lutou sem o radicalismo dos extremistas, porém com a coragem e a responsabilidade inerentes à sua personalidade.

(M.NEVES)

(1) Cit. por Clóvis Beviláqua, in História da Faculdade de Direito do Recife, 2a. Ed., pág. 418.

(2) Idem, pág. 419.

(3) Cit. por Edgard Carone, in A República Nova, pág. 131.

Editorial

O NOSSO JORNAL

Os jornais de estudantes trazem em si, geralmente, um grande significado e uma prova maior do esforço incomum de uma juventude que não acredita nas barreiras pré-determinadas e nas dificuldades que nos são impostas de cima para baixo pelos esbirros que invadem acintosamente a Universidade. O medo invade a estudantada atrofiando as suas reais potencialidades. Nós, corajosamente, resolvemos desafiar essa situação adversa. O escritor Érico Veríssimo, certa vez, ao ser agraciado com uma comenda oferecida pela UFRGS, pelos relevantes serviços prestados àquela unidade de ensino, rejeitou-a. Justificou dizendo que a Universidade atual está sendo invadida por elementos policiaescos.

Não nos conformamos com a apatia cultural que toma conta da Faculdade, quando sabemos muito bem que existem valores a serem revelados e que desejam contribuir com os seus trabalhos, pesquisas, opiniões, para elevar cada vez mais a gloriosa Faculdade de Direito do Recife.

Assim sendo, não há mais considerações a fazer a não ser partir para enfrentar as feras . . .

Por outro lado, queremos deixar bem claro quais são os propósitos do nosso jornal. Ele não se propõe a levantar bandeira de nenhum partido político. É para nós bastante interessante que os "críticos", os "entendidos", os "maliciosos" não deturpem o sentido das coisas vendo vermelho onde todos vêem azul . . .

Mas, hoje, graças a um esforço incomum de um grupo de descontentes, renascem das cinzas as esperanças as

mais sublimes de uma nova geração despretenhiosa de quaisquer intelectualismo e personalismo.

Partimos, assim, do conteúdo zero para o infinito. Entramos no páreo e dele só sairemos vencedores. Estamos conscientes das nossas limitações, mas resolvemos fazer o desafio. Acataremos sugestões partam de onde partir.

Sobre essa nossa primeira edição, queremos dizer que, em cada número publicado, sairá uma homenagem especial a uma grande personalidade ligada à política, à cultura, às artes, à economia, à ciência, enfim, uma personalidade na sua acepção da palavra. Neste primeiro número, a nossa homenagem é ao grande jurista e político Joaquim Pimenta, ex-professor da Faculdade de Direito do Recife. Também, em cada número publicado, traremos uma entrevista especial com uma grande personalidade brasileira. O nosso entrevistado, nesta primeira edição é o escritor e político José Américo de Almeida que, aos 91 anos de idade, mantém uma lucidez e uma saúde impressionantes. Delicado, descontraído, modesto, nos recebeu com o maior carinho. Falou sobre diversos aspectos da atual política brasileira a da sua época. Ex-Ministro duas vezes no governo Vargas, ex-governador, ex-reitor da UFPB, ex-Senador, autor do famoso "A Bagaceira", abordando o problema de êxodo rural trazido pela seca.

De resto, para finalizar, nós queremos agradecer a todos que colaboraram conosco e, queremos esclarecer, por fim, que estamos fora e acima de partidários, pois a nossa tarefa é de todos os estudantes de boa vontade, sem ambições, vaidades ou interesses individuais. Portanto, discutam, falem e critiquem . . .

O POVO, O 'PACOTE' E AS ELEIÇÕES.

O pretexto foi a recusa do MDB em aprovar a reforma do Poder Judiciário, mas a verdade é que, com ou sem a aprovação do MDB, o "pacote" viria. E a prova mais evidente dessa assertiva é o fato de "os constituintes do Planalto" terem incluído no "pacotão", além da reforma judiciária, a Emenda Constitucional nº 8, com profundas alterações à Carta de 67, que por sua vez já havia sido substancialmente modificada em 69 quando a Junta Militar que substituiu o marechal Costa e Silva assumiu o poder.

A Emenda nº 8, cujo prazo para sua preparação implicou no recesso compulsório do Congresso Nacional, foi feita e outorgada à nação "sob a égide" do Ato Institucional nº 5. Entre as suas múltiplas alterações, criou a discutida figura do senador "biônico", tornou indiretas as eleições de governadores em 1978 (embora a terminologia mais correta seja "nomeações diretas"), fixou definitivamente em 420 o número de cadeiras na Câmara Federal, aumentou de cinco para seis anos o mandato do futuro "príncipe herdeiro dessa sereníssima República", modificou o quórum para a aprovação de emendas constitucionais (que caiu de 2/3 para maioria absoluta), criou padrões mais rígidos para o encaminhamento de propostas de emendas à Constituição e uma série interminável de reformas que só desembulhando o "pacote" e fazendo-se um exame minucioso dos seus emburlos é que se poderá ter uma idéia de como foram graves e profundos os golpes desferidos pela "menor Assembléia Constituinte do mundo" sobre a nossa Magna Carta, agonizante des-

de o dia 17 de outubro de 1969, quando a Junta Militar que ocupava o poder impôs ao país a Emenda Constitucional nº 1.

À outorga do "pacote" seguiram-se protestos das mais variadas camadas da população brasileira, pois, além de traumatizar a nação, esgotou definitivamente a paciência do povo. Teve início, depois do "embrulho", uma onda generalizada de protestos contra o sistema militar vigente, cujas vozes mais estridentes foram a dos juristas de São Paulo, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação Brasileira de Imprensa, da Igreja, da Imprensa independente e, por fim, de José de Magalhães Pinto, líder civil da contrarrevolução de 64, cuja candidatura dissidente à Presidência da República representa, em si mesma, uma indiscutível contradição do sistema.

Alguém já chegou a definir a política como "a arte do imprevisível" e para dentro do sistema de governo em que nós vivemos essa afirmativa é puramente verdadeira. É verdade que nós estamos mergulhados dentro da imprevisibilidade mas também é inegável que a população brasileira amadureceu politicamente depois do "embrulho de abril", a ponto de se conscientizar de que somente com o povo organizado é que se pode obter um resultado positivo nessa luta incessante em busca da democratização absoluta do país.

ESTUDANTES — "Ao longo dos catorze anos de regime autoritário, os estudantes têm cumprido um papel de grande significação na

CINQUENTENÁRIO DE "A BAGACEIRA". ENTREVISTA COM JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

ENTREVISTA COM O ESCRITOR, POLÍTICO
JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, realizada em
João Pessoa-PB em 05/04/1978

1) Como se explica a Legislação social tão avançada no Gov. de Vargas, sendo este governo de tendências conservadoras?

J. A. — O Gov. Vargas não teve propriamente tendências conservadoras. Inicialmente, tinha esse compromisso, mas pouco a pouco foi introduzindo a Legislação social que lhe deu um caráter diferente. Toda vez que o Chefe do Gov. provisório de 1930 encontrava obstáculo da parte do legislativo, ia como que se incompatibilizando com a política liberal. Na fase constitucional que se seguiu à sua eleição acentuou ainda mais esta tendência. Os próprios ditadores como Hitler e Mussolini tinham uma base popular. Hitler orgnaizou não só a juventude como os trabalhadores, com o apoio de sua ideologia. Sempre notei que se criavam suspeitas da parte dos elementos conservadores contra o colorido que o Gov. Vargas ia tomando com o tempo. Desconfiou-se primeiro que ele procurava uma aliança com o peronismo. Depois sua orientação tornou-se mais popular.

Quando Getúlio Vargas viu esgotar-se o seu período de gov., chegando a perder a base parlamentar, avançou ainda mais para a esquerda. Sua ambição, porém, era permanecer no poder e, com o Estado Novo, instituir um governo autoritário, ou melhor, fascista.

2) Quais as circunstâncias que contribuíram para o rompimento do Sr. com o Presidente Getulio Vargas, em 1937?

J.A. — Meu rompimento com Getúlio Vargas se deu depois do Golpe de Estado. Antes cheguei a ser considerado, sem nenhum fundamento, o candidato oficial. O certo é que ele não lançou o meu nome nem admitiu a minha candidatura. No momento em que Benedito Valadares me apresentou pelo rádio, ele desapontou. Neste tempo, a Constituição, chamada "a polaca", feita por Francisco Campos, já estava elaborada e a conspiração se desenvolvia. Instaurado o Estado Novo, lavei o meu protesto e cortamos relações. Só nos encontramos, sem nos falarmos, quando fomos eleitos senadores.

3) Tendo em vista a sua política nacional

TEATRO

América Latina presa na garganta; engolida, cuspidada (também sentida); execrada e comida novamente. Coisas sabidas e ensinadas, pregadas sob prisma discutível. Teatro como função social (ato social prático), dirigindo-se a uma classe consciente (incapaz de alterar o essencial no sistema?); examinando problemas, anseios, andrajos do povo (que toma o ponto de vista do povo e se mostra às camadas socialmente ativas? Teatro popular?).

Realidade social (triste) num palco burguês. Público sugestionável, que observa, aceita e dorme; grita e não é ouvido; sonha e esquece (gente de bom coração mas com braços dementes).

Uma vida de lutas ("quero continuar narrando minhas histórias de maneira clara. Se me sobrar apenas um palmo de realidade para expor com clareza, será nesse palmo que eu vou pisar e me sobrando fôlego criar um nexo entre esse palmo de realidade e os milhares de quilômetros que não podem ser pisados. . .") Paulo Pontes; dedicação, mostrando entre risos

e lamentos: o absurdo da fome, do poder armado e repressivo, das contradições da raça, da juventude alienada de drogas e modas distantes — a grande família brasileira num edifício chamado 200 — e a gota "dalágrima" apodrecida na acomodação, nos olhos cansados e famintos, carcomidos pelo tempo na ação interminável dos governantes desalmados (Primeira opinião sobre o homem).

Dizia Paulo Pontes: "É preciso, de todas as maneiras, tentar fazer voltar o nosso povo ao nosso palco..." Discordamos. É preciso levar o teatro aos trabalhadores, às fábricas, subúrbios, clubes de bairros... Uma arte (séria) não floresce em máquinas de entretenimento (controlado), onde existem consumidores e arte mercadoria (comercial unicamente). Deve-se romper com o monopólio dos meios de divulgação alienantes. As condições urbanas de transporte, distribuição de renda, valores burgueses inadaptáveis ao operário (esmagado pela cidade, como procurar um palco, atração da cidade?); castram o senso de realidade deficiente — debatida no teatro entidade social —

lista, o Gov. de Vargas não era bem visto pelas grandes potências estrangeiras, principalmente os E.U.A. Até que ponto as influências externas contribuíram para a queda de Vargas em 1945?

J.A. — Em 1945, Getúlio Vargas foi deposto por influência internas. Já tinha sido lançada a candidatura do General Dutra e o queremismo estava nas ruas. Quando Getúlio Vargas nomeou seu irmão Benjamim para Chefe de Polícia, gerou a convicção de que ele pretendia permanecer no poder, sendo deposto pelos militares. Minha entrevista de 24 de fevereiro, no Correio da Manhã, derrubando a censura, franqueando o debate e, assim, minando a situação de Getúlio Vargas, facilitou a sua queda sem um tiro de defesa.

4) Como o Sr. vê a volta de Getúlio Vargas pelo voto popular, em 1950, para Pres. da Rep., após o seu governo autoritário de 1937 a 1945?

J. A. — A debilidade do gov. anterior revigorou Getúlio Vargas que reconquistou popularidade para o reconquista do poder. A concentração do operariado em sindicatos contribuiu poderosamente para este resultado. O seu competidor Cristiano Machado não foi apoiado pelo PSD com lealdade.

5) Qual a sua opinião sobre o gov. Kubitschek no plano político e econômico?

J. A. — O governo de Juscelino Kubitschek foi, da parte do candidato, um ato de coragem porque existiu a conspiração militar que o General Lott desfez. Foi um período de desenvolvimento em muitos setores.

6) O movimento de 1964 tem sua base na crise econômico-social dos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Acha o Sr. que esta crise teve como causa fundamental a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek?

J.A. — A revolução de 1964 tem como explicação preponderante: a queda da hierarquia militar. Quando os Chefes das três armas compreenderam que o Brasil se precipitava na anarquia, tomaram posição. Não foi nenhum reflexo do governo Juscelino Kubitschek, nenhuma reação contra a política de desenvolvimento de J.K..

7) Acha o Sr. que o movimento de 1964, que se propôs a executar vários objetivos

econômicos e sociais, encontra-se atualmente em desgate?

J.A. — É inegável que o movimento de 1964, embora tenha incorrido em alguns equívocos, promoveu o desenvolvimento. Quanto à sua duração, está sendo limitado pela política de abertura, como a redução da censura. Vamos esperar pela nova fase prestes a inaugurar-se com o novo Presidente.

8) O comportamento político do estudante brasileiro pode ser considerado, numa análise histórica, como produto das frustrações das aspirações da classe média?

J.A. — O estudante brasileiro tem sofrido muitas limitações no plano político. Começou a atrofiar-se no Estado Novo quando perdeu todas as oportunidades para a formação de novos líderes. No meu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, exprimi o meu pensamento sobre sua participação na vida pública que julgo necessária para a formação de novos dirigentes. Ainda não se encontrou uma fórmula para essa atividade dos jovens, salvo sua infiltração em certos organismos. Não se pode negar que novas figuras ocupam no Parlamento um papel de veteranos. Seria bom que o estudante pudesse manifestar-se com toda a liberdade fora do seu ambiente de estudo para evitar novos choques. A questão é encontrar o modelo para que se renove, ao menos, as representações, senão estaremos em plena oligarquia, mantendo os mesmos quadros. Convém acabar com o político profissional, que retarda a criação de outra atmosfera e de outro pensamento público.

9) Sabe-se que, de um modo geral, a classe média não possui condições para tomar, como classe, providências que afetem a estrutura interna do sistema. Considerando esta afirmativa, a insatisfação dos jovens seria de rebeldia pura e simplesmente?

J.A. — A política está muito cara. Cada eleição para deputado ou senador custa milhões. Isso é plutocracia. É preciso facultar à classe média as posições em que ela possa afirmar-se, reabilitando-se do declínio em que cai confundindo-se com o operariado.

10) Como o Sr. vê a crescente diminuição de verbas do Gov. Federal destinadas à educação?

J.A. — De um lado, vemos a proliferação da Universidade, e do outro, a redução de recursos para elevar o seu nível. O resultado é a decadência que se nota em muitas dessas unidades. O ensino de 2º. Grau, que requer os mesmos cuidados, as mesmas assistências, que prepara o homem para a vida, antes do ensino superior, precisa mais de apoio para a sua propagação e o seu aperfeiçoamento.

11) Como o autor da Bagaceira vê a política agrária do governo de 1964?

J.A. — Salvo os Estados mais desenvolvidos, principalmente na cooperativa, o atraso rural é quase o mesmo. Não tendo no campo nenhum atrativo nem compensação, o trabalhador emigra para as cidades, criando outros problemas, mesmo porque o operário urbano é mais favorecido. Ultimamente, têm surgido algumas concessões de ordem social, mas a produção agrícola impede o pagamento do salário devido, por sua falta de rendimento ou por outros motivos.

12) Considerando o grande esforço do Pres. Vargas em prol da nacionalização do petróleo brasileiro, de que modo o Sr. encara o estabelecimento dos contratos de risco?

J.A. — O contrato de risco foi uma imposição das circunstâncias que está em conflito com a nossa tradição de preservação das riquezas naturais. Como Ministro da Viação e Obras Públicas fui um nacionalista. Promovi a revisão de quase todos os contratos com o estrangeiro e anulei muitos deles. Havia como que uma preservação desses interesses estranhos e eu enfrentei todas as dificuldades para que o Brasil não perdesse suas fontes de riquezas, seu patrimônio, expostos a todas as especulações.

13) O AI 5, dando amplos poderes ao Executivo, é o diploma normativo em que se baseia toda a estrutura política brasileira atual. Como o Sr. encara este ato de exceção?

J.A. — Há como que um compromisso da própria Revolução em transformar este ato num instrumento menos duro, o mínimo necessário para assegurar a ordem interna e a defesa das agressões externas, numa época em que a democracia é hostilizada em toda a parte pela promessa da revolução universal.

levando o rude trabalhador ao sonho desesperado. ("Enquanto existir uma realidade que imponha o sonho como necessidade, em qualquer lugar ou momento em que o processo social dê ênfase à mesquinhez da realidade, Don Quixote será uma obra viva", Paulo Pontes). A negação do sonho imposto e brutal não deve servir de teoria dogmática, para rejeição da ilusão como essência intuitiva do homem, posto diante de um universo fantásticamente inexplicável (apesar da ciência). Aceitamos o conflito entre os anseios conscientes e inconscientes da humanidade, julgando-os tragicamente necessários à evolução social (Ibsen, Freud, Fischer). Difícil mudar uma estrutura de costumes, acomodação, situação de baixo nível cultural (alto poder de comercialização artística da televisão, como alimento visual de um povo pobre, carente socialmente, transportando-se nas imagens de propaganda capitalista para o sonho burguês); imposta como programa de realização política, objetivando impedir a formação de um pensamento histórico-cultural, de uma arte com raízes na cultura nacional

(inclusive a cultura folclórica).

Entendemos Paulo Pontes como engajado numa tragédia de estética moderna, que começa e termina num lamento. Um teatro onde o público absorve apenas o espetáculo, deixando para os intelectuais a receptividade da mensagem. Personagens incompletos, exibidos superficialmente sob aspectos cômicos, formalmente insatisfeitos, despidos das naturezas satânicas, irracionais e selvagens do homem (não apenas como produto do sistema capitalista). "Se a moralidade humana deseja situar-se acima da moralidade burguesa, terá então de alicerçar-se num conhecimento mais profundo do homem e do mundo". Wedikind. Compreendemos uma estética de violência (ligada a temas populares), que lute contra a hipocrisia, a avareza e a injustiça da sociedade burguesa, sem contudo desprezar a "sensibilidade dionisíaca", mágica e simbólica do espírito humano — pouco impressionável ao teatro de torturas: psicológica, sócio-política, que resume a platéia ao insignificante — tão adaptável aos valores religiosos, éticos, transcendentais (sem cair no sobrenatu-

ralismo ou anti-realismo ocioso). A doutrina e o dogma no engajamento político do teatro limitam, subordinam as formas dramáticas, rejeitando suas origens, formulando soluções essencialmente baseadas na vida cotidiana (brasileiros na cidade, conversando e discutindo o mundo condicionado). Quando o homem e suas relações (Deus, existência, solidão, angústia, morte, insatisfação), embora procure a transformação desta realidade — não sendo máquina programada ou escravo da mudança Camus: "O realismo, com a sua subordinação do eu, é a estética oficial do totalitarismo". — Busca tanto o pão da sobrevivência, como a satisfação e o gozo para o espírito atormentado.

Assim, terminamos nossas primeiras anotações sobre Paulo Pontes e o teatro entidade social brasileira, citando Pirandello (quando ele fala da realização artística e do limite da realidade): "ao imitar um modelo precedente nega-se a nossa própria identidade e fica-se, forçosamente, alguém do modelo. Quanto mais copiamos a realidade, tanto menos realizamos o nosso próprio eu".

DIVISÃO CONJUGAL DO TRABALHO

Como modificar a posição atual das mulheres sem afetar a dos homens? As Nações Unidas declararam solenemente a igualdade entre os sexos. Mas os homens já estão tão acostumados a terem suas mulheres como "pessoal da terra" para ajudá-los em seus vôos rumo às camadas mais altas da sociedade, que se sentiriam "de asas cortadas" se as mulheres lhes negassem esse serviço.

Não se pode falar em igualdade de oportunidades num sistema tão patriarcal como o nosso.

Precisa o homem saber que a mulher de hoje não vê mais como profissão o casamento. Se ela casa, isso não quer dizer que suas ambições se resumam em deixar seus móveis brilhantes e terem filhos gordos e corados. Casa, mas não esquece o ego. Não transfere mais, como antigamente, toda sua realização apenas para causas domésticas, arriscando, com isso, se tornarem super mães, que se consideram inúteis quando os filhos crescem e seguem seus próprios destinos.

Mas, como pode a mulher casada desenvolver sua capacidade intelectual e profissional se arca sozinha com todos os afazeres domésticos? Quem determinou que as atividades domésticas deveriam ser desempenhadas apenas por mulheres? Não ficam elas muito sobrecarregadas?

As mulheres casadas, principalmente as que são mães, assumem duplo encargo quando aceitam um trabalho fora de casa, pois, além do trabalho externo, têm que arcar com as responsabilidades da casa e dos filhos. É por isso que muitas preferem um emprego de tempo parcial. Onde fica então a igualdade de oportunidades? E as crianças onde ficam? Se o pai e a mãe trabalham fora o dia todo, as crianças ficam privadas do afeto, cuidado e atenções de que tanto necessitam.

Por outro lado, a família tradicional com a mãe em casa o dia inteiro e o pai trabalhando fora, não resulta em muita presença da mãe e pouca presença do pai?

Na tentativa de solucionar este problema, surgiu na Noruega uma idéia que a princípio parece utopia, mas que pode ser aplicável em países desenvolvidos. É preciso, porém, que haja uma mudança muito grande no estilo de vida.

O Conselho de Assuntos da Família da Noruega constatou que, para que haja igualdade de oportunidades fora de casa, homens e mulheres precisam ter também a mesma responsa-

bilidade com a casa e com os filhos.

O trabalho de tempo integral para o pai e a mãe não é solução quando o casal tem filhos pequenos. Mas se o trabalho de tempo parcial serve para a mulher, porque não serve para o homem?

Em 1971, este mesmo Conselho lançou em colaboração com o Instituto de Sociologia da Universidade de Oslo uma experiência chamada Divisão Conjugal do Trabalho. Necessitaria, porém, do apoio do interesse público de empregados e empregadores.

Essa experiência mostrou que pelo menos a Divisão Conjugal de Trabalho é um estilo possível de vida. Consiste ela em os casais sincronizarem seus horários de trabalho de maneira que um deles estivesse sempre em casa.

É claro que houve dificuldades, principalmente em conseguir que empregadores aceitassem um homem em trabalho de tempo parcial.

Um 25 famílias concordaram em fazer a experiência; mas apenas 16 conseguiram trabalho de tempo parcial conveniente a ambos os cônjuges.

Essa experiência trouxe, em geral, aos casais participantes uma baixa na renda familiar, visto que o trabalho de tempo parcial obrigou-os a aceitarem um emprego um pouco abaixo de suas qualificações. Mesmo assim, declararam eles que, apesar de tudo, foi compensador pois agora "têm melhores relações conjugais e filhos mais felizes" como afirmou Svein Fjelland, um dos participantes.

Inclusive os pais (homens) se convenceram que as crianças realmente necessitavam de mais atenção da parte deles.

Para muitos casais o esquema deu certo, pois agora passam mais tempo juntos, sentem-se menos estafados, têm mais interesses comuns e com isso enriqueceram sua vida conjugal.

É claro que esse esquema em nosso país "em desenvolvimento" é impraticável. Existem tantos outros problemas que carecem de soluções mais urgentes e ainda caducam na espera.

Não seria uma piada, com essa nossa escassez de emprego, se cogitar experiências como a mencionada? Quem se atrevesse, morreria de fome.

É necessário, porém, que abramos os olhos para novos esquemas, pois é dever de todos procurar soluções novas numa tentativa de evoluir sempre, de melhorar o que já existe.

Ângela Moreira.

O POVO, O 'PACOTE' E AS ELEIÇÕES.

resistência democrática. Tenha-se presente que três gerações universitárias se sucederam. Os que hoje, nos quatro cantos do país, dão continuidade a essa luta não são, obviamente, os mesmos moços de ontem. No entanto, o compromisso democrático é o mesmo, assim como o foi há 40 anos, na resistência contra o Estado Novo — são palavras do ex-deputado petebista e ex-ministro do Trabalho do governo João Goularte, Almino Afonso, cassado em 1964, em artigo escrito no dia 31 de março na Folha de São Paulo, intitulado "Política e Estudantes".

Na verdade, o movimento estudantil foi, e será sempre uma escola de homens públicos. Ai estão, entre outros, o governador Paulo Egídio, de São Paulo, os deputados Marco Maciel, José Bonifácio, Nelson Marchezan e Francelino Pereira, os senadores Petrônio Portela, Eurico Re-

zende e José Lindoso, para ficar apenas nos que hoje militam ao lado do partido oficial. Todos esses parlamentares ingressaram na vida pública levados pelo sucesso que obtiveram nos movimentos estudantis. Por outro lado, foram os estudantes que combateram incessantemente a ditadura do Estado Novo (o assassinato de Demócrito de Souza Filho foi o maior exemplo daquele combate), hastearam país afora a bandeira do monopólio estatal do petróleo, encetaram uma campanha contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (revogado no ano passado quando o Congresso Norte-Americano condicionou a ajuda militar ao Brasil ao exame da situação dos direitos humanos em nosso país), empreenderam uma luta em defesa dos nossos minerais atômicos, etc . . . etc. Hoje, os estudantes são outros mas os ideais são os mesmos.

calados desde 1968, muito mais pela força repressiva do Estado do que mesmo por acomodação, os estudantes brasileiros têm um papel a cumprir dentro da sociedade. Começaram a se organizar em princípios do ano passado e hoje já lutam pela autonomia da Universidade, pelo respeito aos direitos humanos, pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, por uma anistia ampla e irrestrita, pela volta dos professores punidos pelo AI-5 aos quadros Universitários e por muitas coisas mais. Se estavam meio dispersos, o "pacote" apressou essa união.

TRABALHADORES — A nação emudeceu em 68, a classe operária brasileira emudeceria também com ela. Líderes sindicais como José Ibrahim (ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos de Osasco), Manoel da Conceição e José Barbosa foram banidos do país em 69 e os operários brasileiros permanecem sem sindicatos, sem líderes, sem direito à greve e com tetos salariais decretados pelo governo, à revelia da classe. Salvo o discutido pernambucano (de Garanhuns) Luiz Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, com cerca de 200 mil associados, não se tem notícia de outra liderança sindical no país.

É inegável que sobre "Lula" pairam algumas suspeitas de peleguismo, sobretudo por ele está à frente do seu sindicato desde 1969 mas também é indiscutível que, dentre os líderes de massa (se é que ainda existem) que têm se pronunciado sobre a nossa situação atual, é ele o que tem afirmado as coisas mais inteligentes e mais sérias que temos lido de um certo tempo para cá.

Seja como for, a verdade é que alguns líderes (ou dirigentes, se quiserem) sindicais começam a perceber que os trabalhadores não podem continuar a vida inteira marginalizados do processo político e econômico nacional. Assim é que, na semana passada, em São Paulo, 32 dirigentes sindicais discutiam problemas trabalhistas com os Srs. Arnaldo Prieto e Mário Henrique Simonsen, respectivamente ministros do Trabalho e da Fazenda, além do governador Paulo Egídio e do secretário do Trabalho, Jorge Maluly Neto.

É claro que os resultados desse encontro foram pouco satisfatórios mas já se nota uma certa disposição do governo em dialogar com os trabalhadores. O "Lula" de São Bernardo não foi convidado a comparecer ao encontro e esse talvez seja o primeiro sinal de que o governo não vê com bons olhos a sua liderança sobre 200 mil trabalhadores. A classe operária de São Paulo aos poucos se organiza e quanto mais cedo se organizar, mais perto nós estaremos de um regime absolutamente democrático.

A IGREJA PROGRESSISTA — Ao lado do trabalho desempenhado por D. Pedro Casaldáliga, D. Tomás Balduino e outros bispos católicos, em defesa de pequenos camponeses das regiões norte e centro-oeste do país, erguem-se as vozes insuspeitas de D. Paulo Evaristo Arns, no Sul, e de D. Hélder de Arruda Câmara, no Norte. Titular da maior Arquidiocese do mundo, D. Paulo Evaristo Arns é hoje uma figura conhecida em todo o mundo, pela sua luta em defesa dos direitos humanos, e um dos mais respeitados cardeais da América Latina. Em São Paulo, tem desenvolvido um trabalho constante em favor das camadas mais pobres da população, principalmente daquelas que se localizam ao longo da periferia da cidade, tal qual acontece com Dr. Hélder Câmara aqui no Recife, em sua luta

diária em defesa das populações flageladas dos bairros miseráveis da nossa capital.

Documentos como "Exigências Cristãs de uma Ordem Política" demonstram muito bem que a Igreja não está alheia aos rumos que o governo está imprimindo à nação, e mais: não lhe tem poupado críticas sempre que ocorrem casos de prisões arbitrárias, torturas, perseguições a membros da Igreja e absurdos como o "pacote de abril". O "príncipe herdeiro dessa sereníssima República", general-de-Exército João Batista de Figueiredo, numa de suas recentes entrevistas à imprensa brasileira criticou severamente a suposta "intromissão" da Igreja nos negócios do Estado, desconhecendo, talvez, que a Igreja há muito deixou de atuar apenas no campo espiritual. Assim como não se pode duvidar dos limitadíssimos dotes intelectuais do nosso "príncipe", está ficando cada vez mais difícil duvidar de que a Igreja no Brasil, hoje, é a maior força de oposição contra a qual o governo terá que lutar em novembro próximo.

O GOVERNO SE ISOLA — À parte o Movimento Democrático Brasileiro, para onde deverão convergir, nas eleições de novembro, os votos da grande maioria dos brasileiros, descontentes com o governo atual, há outras forças espalhadas pelo país que devem ser levadas em consideração. A primeira delas é a Ordem dos Advogados do Brasil, não só pela sua estrutura como também pela sua coragem em defesa de uma Assembléia Constituinte, dos direitos humanos, dos brasileiros exilados no exterior, etc . . . etc. Paralelamente, está a Associação Brasileira de Imprensa que muito tem feito em defesa da liberdade de informar, da integridade física dos jornalistas e contra a censura aos meios de comunicação social.

Recorde-se também que hostis ao governo estão a Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência; a quase totalidade dos juristas do país, centenas dos quais subscreveram a célebre "Carta aos Brasileiros", lida das arcadas da Faculda-

de de Direito de São Paulo pelo professor Godofredo Teles; os mais influentes empresários paulistas, tais como Cláudio Bardela, Luiz Eulálio Bueno Vidigal, Severo Gomes e José Papa Júnior; a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo; centenas de milhares descontentes com o relativismo da democracia brasileira; a grande imprensa livre do país, merecendo destaque o jornal "A Folha de São Paulo"; artistas, músicos, escritores, enfim, a nação inteira.

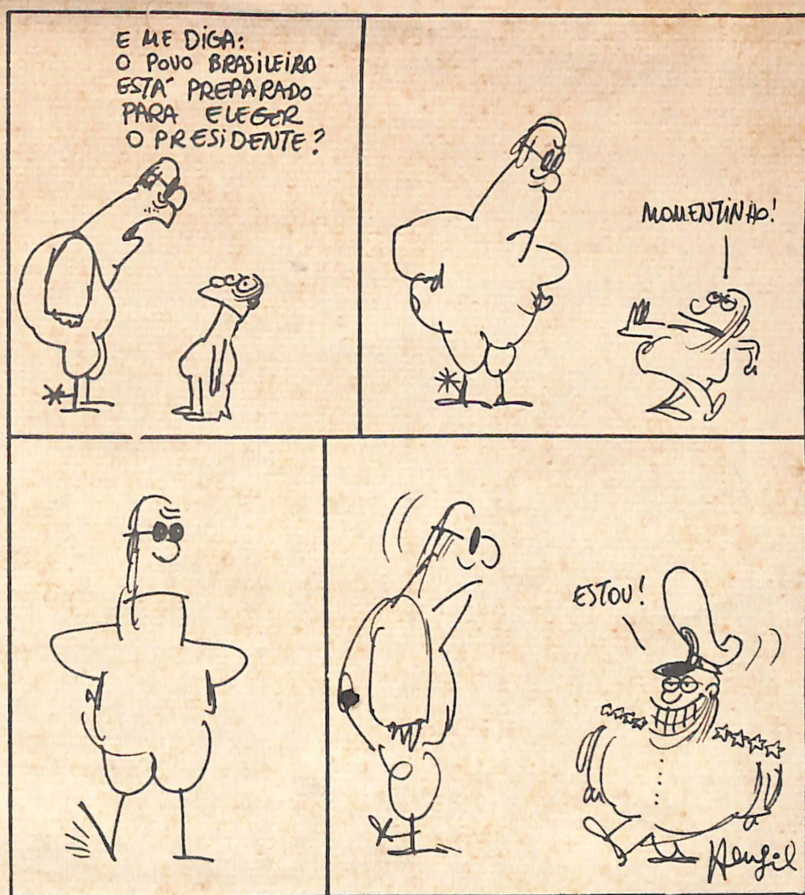
Diante desse quadro desolador para o governo (e muito mais para a nação), pergunta-se: o que acontecerá ao país se todas essas forças de oposição, aglutinadas debaixo da sigla do MDB, vencerem as eleições de novembro próximo? O "príncipe herdeiro", em entrevista a dois repórteres da "Folha de São Paulo", garantiu que si a Arena perder o pleito, os militares não estariam em condições de assimilar a vitória das oposições. E então, como ficaremos? Uma esmagadora vitória das forças democráticas do país é quase indiscutível mas, como disse o Ministro Falcão, da Justiça, "o futuro a Deus pertence", e se só a ele pertence, vamos esperar.

Por outro lado, há ainda o velho senador por Minas Gerais, o matreiro, astuto e experiente Magalhães Pinto que ainda continua perturbando a tranquilidade do Palácio do Planalto.

Magalhães serviu a todos os governos da Contra-Revolução, subscreveu o AI-5, apoiou centenas de cassações de mandatos, etc. e tal . . . mas hoje é um dos brasileiros engajados na luta pela restauração da democracia no país, se bem que o seu interesse maior seja passar à História como democrata e não, chegar à presidência da República.

Seja como for, é uma força a mais contra o sistema militar vigente e a sua contribuição pode ser decisiva na luta que as forças democráticas do país travam, hoje, pela conquista da liberdade em nosso país.

Inaldo Sampaio.



3 mar/91

O poeta alagoano começou a escrever cedo, desde criança, e, através da maior parte de sua obra, vemo-lo retornando aos temas infantins, às primeiras impressões da vida interiorana passada em cidade pequena. É daí que surgirão muitas das características que formaram sua obra posterior. Foi das missas dominicais, das novenas, das rezas e das procissões a pé, pelas ruas estreitas da sua União, que se formou em J. de Lima o espírito religioso que sempre o acompanhou.

De início, uma religiosidade popular, a catolicidade simples e sincera das cidadezinhas de interior, que posteriormente, devido à participação do autor em conferências e seminários teológicos, no Rio de Janeiro, tornou-se mais erudita, perdendo um pouco do seu provincianismo inicial, adquirindo uma feição menos mística e mais litúrgica, como transparece em "Tempo e Eternidade", publicado com Murilo Mendes, e em "A Túnica Inconsútil". J. de Lima, é claro, não foi o primeiro poeta brasileiro a usar temas religiosos; os românticos e, principalmente, os simbolistas, já o haviam feito antes, mas, ao contrário destes, foi o primeiro, sem dúvida, a ver a religião pelos olhos do povo de sua terra: uma religião espontânea e original, repleta de pureza e ingenuidade.

Consagrado, prematuramente, pelo aparecimento de seus sonetos iniciais e dos "XIV Alexandrinos", foi com "O Acendedor de Lampiões" que J. de Lima obteve fama nacional. Neste soneto, apesar de sua beleza, transparece a influência do parnasianismo que se fazia sentir no começo de sua carreira: uma preocupação voltada para a forma, para a estética, para a rima perfeita:

*"Lá vem o acendedor de lampiões da rua!
Este mesmo que vem infatigavelmente,
Parodiar o sol e associar-se à lua
Quando a sombra da noite enegrece o
poente!"*

*Um, dois, três lampiões acende e continua
Outros mais a acender imperturbavelmente,
À medida que a noite aos poucos se
acentua*

E a palidez da lua apenas se pressente.

*Triste ironia atroz que o senso humano
irrita*

*Ele que doira a noite e ilumina a cidade,
Talvez não tenha luz na choupana em
que habita*

*Tanta gente também nos outros insinua
Crenças, religiões, amor, felicidade,
Como este acendedor de lampiões da rua!"*

Para J. de Lima, no entanto, a impessoalidade do Parnasianismo não satisfazia. O formalismo da escola ia de encontro ao individualismo e à imaginação do poeta; sua arte não podia mais se coadunar às imposições da métrica rígida. Como Manuel Bandeira, estava:

*"... farto do lirismo comedido
Do lirismo bem comportado
Do lirismo funcionário público
com livro de ponto expediente
protocolo e manifestações de apreço
ao Sr. Diretor.
Do lirismo que pára e vai averiguar no
dicionário o cunho vernáculo de um
vocabulo".*

Rompeu com o Parnasianismo, esqueceu a palavra burilada de Olavo Bilac e trocou-a pelo "lirismo que é libertação".

Tem-se como pacífico que o primeiro, e um dos mais tocantes poemas da nova fase do autor, que ora se iniciava, foi "O Mundo do Menino Impossível" que principiava assim:

*Fim da tarde, boquinha da noite
Com as primeiras estrelas
E os derradeiros sinos*

*Entre as estrelas e lá detrás da igreja
Surge a lua cheia
Para chorar com os poetas*

*E vão dormir as duas coisas novas desse
mundo:
O sol e os meninos.*

Evidenciamos aqui a sua adesão a alguns dos principais postulados do modernismo; o verso é livre, resultando na ruptura com a métrica e a rima, numa forma de poesia mais vaga e subjetiva.

No entanto, apesar do seu compromisso com os cânones modernistas J. de Lima continuou independente. Não aderiu a nenhuma das correntes que se criaram dentro do movimento. Continuou a trazer no seu estilo, como bem o ressaltou o poeta Mário de Andrade no seu prefácio para a "Túnica inconsútil", um "quê de academismo vago e disfarçado", provável tributo da sua fase parnasiana. Prova disto, reside no fato de que, ao contrário de alguns modernistas mais ortodoxos, e a exemplo de Vinícius de Moraes, o poeta alagoano jamais abandonou o soneto como forma de expressão literária, publicando em 1949, o seu "Livro de Sonetos". O artista que não se contentou com a rigidez da forma parnasiana, também não aderiu por completo à ousadia do estilo moderno.

Ao contrário de Mário de Andrade, J. de Lima não foi um teorizador. Seguiu a tendência moderna porque viu aí a melhor possibilidade de expressar a sua natureza, de dar vazão à sua individualidade. O seu regionalismo foi sincero, foi mais um produto da sua experiência pessoal, da sua infância passada em engenho, da influência negra que tão bem soube aproveitar em poemas como: "Essa Negra Fulô" ou "Benedito Calunga", do que qualquer tentativa racional de substituir a mitologia greco-romana pelos motivos do folclore nacional, ou de criar uma "língua brasileira".

Esta tendência constante do autor à introspecção, à busca do "eu" profundo, far-se-á sentir mais forte no "Invenção de Orfeu", publicado um ano antes da sua morte, poema de influência surrealista, de tempo indefinido, cuja primeira estrofe leva-nos de pronto a uma associação mental com "Os Lusíadas" de Camões:

*Um barão assinalado
Sem brasão, sem gume e fama
Cumpre apenas o seu fado:
amar, louvar sua dama,
dia e noite nevar,
que é de alguém e de além-mar
a ilha que busca e amor que ama.*

JORGE DE LIMA: UMA PEQUENA ANÁLISE ACERCA DA EVOLUÇÃO DO SEU ESTILO LITERÁRIO

Nascido em União, cidade alagoana, a 23 de abril de 1893, Jorge de Lima pode ser considerado um dos mais versáteis e inspirados representantes da moderna literatura brasileira.

Durante todo o decorrer de sua variadíssima produção poética, misturaram-se diversas tendências, resultando daí uma obra rica e complexa, uma obra que, para ser compreendida, deve ser analisada fase por fase, a cada instante do seu desdobramento.

Tendo começado a escrever num estilo parnasiano, aderiu depois ao modernismo. Extremamente preocupado com o transcendental, impregnou o seu trabalho de um profundo espírito de religiosidade; amante dos temas populares inseriu um pouco da alma do povo brasileiro em cada um de seus versos, introduzindo um sopro de regionalismo à paisagem literária da época.

340.05
R227.6
18/10/98
(A. Perry)